

GRAMSCI, RÜSEN E A BUSCA POR UMA “HISTORIOGRAFIA INTEGRAL” DO OITOCENTOS BRASILEIRO

João Carlos Escosteguy Filho*

E-mail: jcef_br@yahoo.com.br

Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro (IFRJ)

Resumo: Este artigo fará um breve balanço historiográfico sobre algumas formas recentes de pesquisa sobre história da historiografia oitocentista brasileira. Para tanto, ele será dividido em três partes, cada uma abordando um parâmetro dessas formas: I) a mudança de um foco centrado quase exclusivamente na produção do IHGB para a abertura de outros temas e problemas a partir de outras influências teóricas e recortes temporais; II) a influência de alguns autores estrangeiros sobre as temáticas da história da historiografia brasileira, em especial Koselleck, Hartog e Pocock, focando os problemas que tanto uma leitura muito direta de seus trabalhos, sem contextualização, quanto o tipo de fontes utilizadas podem acarretar; III) a importância que a recuperação das análises de Antonio Gramsci e Jörn Rüsen pode conferir aos trabalhos sobre consciência histórica no Brasil do século XIX, auxiliando na busca por uma “historiografia integral” do período.

Palavras-chave: História da historiografia, Império do Brasil, consciência histórica, Antonio Gramsci, Jörn Rüsen.

Abstract: This paper will make a brief review of some recent researches on history of historiography about nineteenth century Brazil. The article will be divided into three parts, each one focusing a different parameter: I) the shift from a focus almost exclusively centered on the production of IHGB to other issues and problems from other theoretical influences and temporal periods; II) the influence of some foreign authors on the themes of the history of Brazilian historiography, especially Koselleck, Hartog and Pocock, focusing on the problems that both a very straightforward reading of his works, without context, and the type of sources used can provoke; III) the importance of the recovery of Antonio Gramsci's and Jörn Rüsen's works, in order to make a wider approach on history of historiography, achieving a “full historiography” of the epoch.

Keywords: History of Historiography, Empire of Brazil, historical consciousness, Antonio Gramsci, Jörn Rüsen.

I

A temática da história da historiografia já há algum tempo vem aumentando sua fatia no conjunto das produções universitárias brasileiras. Restrita antes a um panorama geral sobre o estado da arte a respeito de algum tema específico, normalmente relegada

*Doutorando em História Social (PPGH/UFF). Bolsista CNPq. Orientador: Professor Doutor Théo Lobarinhas Piñeiro.

às páginas iniciais de uma obra acadêmica, a análise historiográfica ganhou espaço próprio, constituindo-se campo privilegiado não só para a função de “laboratório da epistemologia histórica” (WEHLING, 2006, p. 175-190), mas, também, para a compreensão mais ampla da experiência dos seres humanos a respeito do tempo em épocas passadas.

No universo de trabalhos sobre o tema, as relações entre escrita da história e construção da nação têm sido privilegiadas. No caso particular brasileiro, encontrando-se tais relações presentes desde a origem do Estado Nacional, os trabalhos historiográficos não poderiam deixar de centralizar-se sobre essa perspectiva “História-Nação”, sendo que o destaque maior tem recaído, dentre todos os momentos de nossa formação nacional, sobre o período imperial. Não é à toa: já ali se encontram as primeiras elaborações narrativas sobre a fundação do Brasil, num processo em que escrita da história e disputas políticas se entrelaçaram em busca da construção hegemônica de determinada perspectiva sobre o passado brasileiro. Essas disputas, ao entrelaçarem passado, presente e projetos de futuro, constituíram modelos de consciência histórica que definiram as balizas centrais da identidade brasileira século XX adentro, num modelo ainda não plenamente rompido. Não à toa, Ilmar Rohloff de Mattos, na conclusão de sua obra clássica sobre o período imperial, afirmou: “Falamos dos Saquaremas; os Saquaremas nos fazem falar de nós, de tal modo que os limites daquele tempo (...) não podem deixar de explodir, ampliando-se desmesuradamente e chegando até nós.” (MATTOS, 2004, p. 300).

Podemos perceber, ao longo do século XX, diversas formas de abordagem desse entrelaçamento entre história da historiografia e construção da identidade nacional no Brasil do século XIX¹. Se as décadas até as portas dos anos 1980 são quase de “preparação” do cenário, a partir de autores pontuais mais preocupados em formular questões do que em elaborar uma “agenda de pesquisa” institucional, desde então, graças, em grande parte, à expansão dos programas de pós-graduação e os desafios postos à construção da identidade nacional com a redemocratização, as temáticas e

¹Em artigo recente, Valdeir Araújo, um dos principais expoentes atuais dos estudos sobre historiografia no oitocentos, traça alguns momentos pelos quais passaram esses estudos ao longo do século XX. A divisão feita pelo autor em quatro fases distintas (“pré-história”; “despertar historiográfico”; “modos de produção historiográficos” e “desafios da última década”), em que pesem os problemas que toda divisão esquemática desse tipo possa acarretar, possibilita a percepção de como a curva de estudos historiográficos sofreu uma acentuação drástica, principalmente nos últimos anos. A sequência que analisarei a seguir privilegiará o que seriam as duas últimas fases indicadas por esse autor (ARAÚJO, 2012, edição kindle).

problemáticas presentes nos estudos de história da historiografia brasileira vêm se fortalecendo e se tornando cada vez mais consistentes. As contribuições para uma melhor compreensão das visões identitárias sobre o “ser brasileiro” têm trazido novamente à superfície a questão da “formação nacional”, não mais, agora, pelo viés econômico ou social apenas, tampouco pela tradição de história política que privilegiava os agentes institucionais identificados com o Estado, mas pelas formas de ver-se e pelas maneiras de produzirem-se narrativas históricas sobre essa formação, buscando-se demolir as ainda resistentes mitologias da nação.

Poderíamos mapear essa passagem nos estudos de história da historiografia brasileira como uma mudança do campo de pesquisas. Assim, de um momento no qual a historiografia ainda não formava objeto privilegiado de análise histórica, em que se destacam nomes como os de José Honório Rodrigues (RODRIGUES, 2008), Maria Odila da Silva Dias (DIAS, 1974) e Maria de Lourdes Janotti (JANOTTI, 1977), a partir dos anos 1980 “os historiadores, seus livros e lugares institucionais deixam de figurar apenas como fonte para historiografias diversas e tornam-se problemas de investigação” (ARAÚJO, 2012, edição kindle). A partir de então, certos objetos passarão a predominar nos estudos da área, destacadamente o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sua importância passa a ser tão ressaltada que, não raro, os estudos de historiografia usam a data de sua fundação, 1838, como marco do processo de formação da consciência histórica no Brasil.

A quantidade de estudos centrados no IHGB justifica-se pela própria produção interna do instituto, feita especialmente por seus sócios e veiculada em sua revista. Tal produção foi percebida por Arno Wehling, que escreveu, em seu artigo sobre as origens do Instituto, haver pouco a acrescentar às narrativas sobre sua fundação (WEHLING, 1983, p. 7). Interpretativamente, porém, o IHGB foi alvo de muitas análises nos anos 1980 e 1990, análises estas que se tornaram paradigmáticas das abordagens temáticas da produção historiográfica do Instituto, bem como de seu papel e de suas relações com a política imperial e com a construção de certa imagem da identidade nacional brasileira. Destacaram-se, assim, alguns autores nessa direção de pesquisa, constituindo seus trabalhos verdadeiros “textos fundadores” das problemáticas atuais acerca da história da historiografia brasileira do oitocentos. Podemos citar como exemplos desses textos fundadores, além do já mencionado artigo de Arno Wehling, os trabalhos de Manoel Salgado Guimarães e Lúcia Maria Paschoal Guimarães.

O artigo de Arno Wehling, mais antigo dos três, insere-se na linha de trabalhos feitos após a publicação da primeira parte da tese de José Murilo de Carvalho, “A Construção da Ordem”, na qual o autor articula a construção do Estado imperial brasileiro ao tipo de elite política que se formou aqui, notadamente homogeneizada a partir de sua formação e de seu treinamento, constituindo um tipo de organização política na qual o governo teria certa autonomia frente às demandas dos poderes locais e teria podido, assim, levar a cabo parcialmente seus projetos de Império – especialmente no tocante à manutenção do governo civil, da unidade, da centralização e do princípio monárquico (CARVALHO, 1980). A partir dessa abordagem, presente, também, na maior parte dos estudos sobre o IHGB, Arno Wehling analisa a “integração do Instituto ao establishment imperial”, constatando que “repetem-se, no caso do IHGB, as características gerais dessa elite política imperial definidas por José Murilo de Carvalho” (WEHLING, 1983, p. 9-10). Assim é que, para Wehling, o IHGB constitui “mais um esforço dessa elite para encaminhar politicamente o novo país”, associando-se os estudos históricos “à sorte da monarquia constitucional” (WEHLING, 1983, p. 12-13).

O papel do IHGB como braço ideológico, com esta ou outras definições, do Estado imperial e do movimento regressista-conservador tornou-se quase consensual entre aqueles que estudaram a produção do Instituto. Porém, se em Wehling a principal influência teórica dessa produção é romântica, notadamente o romantismo francês, em outros autores essa influência é deslocada em favor de outras, também destacadas por Wehling (WEHLING, 1983, p. 14). O principal desses autores, Manoel Salgado Guimarães, vê o IHGB como espaço de produção de caminhos, com base na História, que deveriam servir de “função esclarecedora”, apontando as direções para aqueles que se ocupavam da política. Um tipo de permanência do modelo *magistra vitae* (GUIMARÃES, 2011, p.73).

Manoel Salgado, que foi um dos principais historiadores, nos anos 80, a debruçar-se sobre as questões da história da historiografia brasileira, foi primeiramente mais conhecido por um artigo do que por seu trabalho de doutorado (o qual, escrito em alemão, levaria mais de vinte anos para ser traduzido). Nesse artigo, fica clara a perspectiva do autor em articular o projeto historiográfico do IHGB à concepção vigente na época do Estado imperial como “iluminado, esclarecido e civilizador” – concepção esta que fundamenta os esforços da escrita da História produzida no Instituto (GUIMARÃES, 1988, p. 10). Tendo em vista essa noção, cara ao iluminismo, de ligação

entre um Estado monárquico promotor da civilização e uma escrita da História que lhe servisse de fundamento, Manoel Guimarães analisa as aproximações do IHGB com seus congêneres europeus, notadamente o Instituto Histórico de Paris (IHP). Por meio dessa aproximação, o IHP, servindo de modelo aos membros do IHGB, marca o outro da relação Europa-América, agindo tanto no sentido de legitimar a existência própria do Instituto Brasileiro, como, também, possibilitando ao IHGB a auto-imagem do Brasil como o “guardião da civilização européia no Novo Mundo” (GUIMARÃES, 2011, p. 110). Funcionando, assim, como espaço de difusão da civilização nas Américas, o IHGB não deixaria, também, de pretender-se promotor de certa “monumentalização” do Império do Brasil. Para Lúcia Guimarães, esse foi o principal papel do Instituto: servir de construtor de uma Memória para o Império, mais do que de uma História, tanto por meio da coleta de fontes e documentação dos diversos cantos do país, quanto pela atuação seletiva na organização interpretativa da trajetória imperial, pautada, acima de tudo, pela noção de “arca do sigilo”, na qual a visão de que o presente constituía temporalidade fugidia e sujeita às paixões, contra o necessário afastamento e imparcialidade exigidos à História, levou à atitude de censurar ou restringir acesso a certas interpretações sobre eventos mais delicados ou em aberto, devendo estes ser contemplados somente num futuro não calculado (GUIMARÃES, 1995, p. 507-555). Apesar dessa restrição, a percepção dos membros do Instituto de que a monumentalização do presente constituía atitude necessária para a preservação da memória imperial, para Valdeir Araújo, coadunava-se com uma crescente historicização da realidade que, percebendo o tempo como passível de aceleração e o futuro como imprevisível, reconhecia a trajetória das nações como marcada por nascimento e morte, tal como também poderia ser o destino do Império (ARAÚJO, 2008, p. 181-184). Monumentalizar o presente, assim, serviria ao IHGB como garantia de perpetuação da presença do Estado imperial brasileiro, senão como fato, ao menos como registro.

O IHGB, assim, constituiu marco crucial para os estudos sobre história da historiografia no Brasil do século XIX. A partir principalmente desses autores destacados, a profusão de dissertações, teses e livros sobre o Instituto nos anos seguintes só confirma a predominância que sua produção, tomada como fonte, adquiriu no universo de análise das formas de se produzir história no período imperial. A auto-imagem que os membros do IHGB buscavam desenhar, em que pesem algumas diferenças em relação a questões pontuais, consolidou-se como a própria auto-imagem

do Império, sua própria percepção de si mesmo, definindo os limites possíveis para uma historiografia do período imperial. Não admira que, nesse sentido, Lúcia Guimarães afirme que o IHGB “continuará a ser lócus privilegiado da produção historiográfica, ao lado dos institutos históricos estaduais” até posteriormente à década de 1930 (GUIMARÃES, 2011, 29). O outro lado dessa equação seria Varnhagen, desde Capistrano de Abreu, ao menos, monumentalizado como o fundador da História no Brasil. Monumentalização que levaria João José Reis a chamar Varnhagen, com certo exagero, de “o ‘Heródoto brasileiro’” (REIS, 2007, p. 23), e Wehling a destacar que a perda da influência da “matriz Varnhagen” se teria dado apenas nas décadas de 1960 e 1970 (WEHLING, 1999, 218).

IHGB e Varnhagen: tais constituíram os marcos principais dos trabalhos sobre a história da historiografia do oitocentos a partir dos anos 1980, não raro havendo conjugação entre ambos. Tal regra não se alterou significativamente nos dias de hoje, ainda que diversos trabalhos tenham ampliado os questionamentos sobre o IHGB e incorporado nas análises outras formas de potencialização do discurso historiográfico – como o livro de Maria da Glória Oliveira, que analisou as formas de inserção da questão biográfica nos trabalhos produzidos no IHGB, buscando os mecanismos de produção de uma galeria de brasileiros ilustres como marcas da identidade nacional ainda sob influência da “*historia magistra vitae*” (OLIVEIRA, 2011).

Mais recentemente, porém, deve-se destacar que a expansão dos estudos historiográficos como temas centrais de teses e dissertações ampliou o escopo de análise, incluindo tanto outros autores quanto redescobrimo marcos cronológicos de abordagem. Não raro, esses dois elementos aparecem juntos nos trabalhos.

A expansão cronológica e autoral nos estudos sobre escrita da História no século XIX possibilitou perceber formas de interpretação e consciência histórica para além dos marcos definidos pelo IHGB e por Varnhagen. Indo além daquelas obras consideradas “textos de fundação”, na expressão de Manoel Salgado Guimarães, esses trabalhos permitem ampliar as possibilidades de análise das transformações conceituais sofridas pela escrita da História ao longo do oitocentos². O próprio Manoel Salgado Guimarães explorou essa possibilidade ao analisar as páginas do jornal *O Patriota*, em busca dos

² A expressão “textos de fundação” refere-se, especificamente, a textos clássicos, produzidos ao longo do século XIX, que buscaram dar formas à escrita de uma história nacional (GUIMARÃES, 2010, p. 12) Penso que não seria errôneo incluir outros textos nesse conjunto, como, por exemplo, a obra de Varnhagen.

significados da palavra “história” ali presentes (GUIMARÃES, 2006, p. 68-85). Nos últimos tempos, o conjunto de trabalhos que ampliam o universo historiográfico do século XIX só aumentou.

O já citado livro de Valdei Araújo talvez tenha sido o primeiro, ou, ao menos, o mais influente trabalho a ampliar significativamente esse universo (ARAÚJO, 2008). Em sua obra, que aborda o período entre início dos anos 1810 a meados dos anos 1840, Valdei argumenta que entre a geração pré-Independência e a geração que consolidou o Império operou uma significativa descontinuidade conceitual e discursiva, fruto de uma percepção crescente do tempo como aceleração e de uma contínua historicização da realidade. Para Valdei, o universo semântico em que a primeira geração se inseria (e o personagem-síntese, no mencionado livro, é José Bonifácio) diferenciava-se significativamente daquele segundo momento, marcado não apenas por movimentos como o romantismo, mas, principalmente, pelo evento-Independência e demais acontecimentos a ele relacionados, responsáveis, em grande parte, pela fragmentação do mundo herdado do século XVIII. A partir de então, argumenta Valdei Araújo, essa herança setecentista, apesar de esticar-se ao máximo, alcançando seus limites, não mais seria capaz de dar conta das novidades do século.

Uma das principais contribuições do trabalho de Valdei Araújo está em ampliar a perspectiva das bases da produção historiográfica nacional para incluir, aí, a própria dimensão da experiência temporal como fundamento de constituição não apenas do próprio pensamento historiográfico, mas, também, da formação identitária dos coevos (e aí se incluem outras identidades possíveis para além da nacional). Ao analisar as formas pelas quais realidade e consciência da realidade se relacionam, Valdei permite que sigamos as tentativas das gerações sucessivas da primeira metade do século XIX em compreender um mundo para o qual o passado não mais parecia oferecer segurança. Um mundo em crise, repleto de novidades, mas para o qual a experiência prévia e o universo semântico anterior não se mostravam eficientes.

Outros trabalhos após o de Araújo seguiram no estudo dessas diversas formas de experiência temporal, mostrando que, de fato, a ampliação, para trás, da cronologia normalmente aberta com o IHGB permitia uma compreensão bem mais aprofundada das origens de nossa consciência historiográfica.

Giorgio de Lacerda Rosa, por exemplo, em seu trabalho sobre a escrita de memórias históricas no Brasil Joanino, atentou para o papel do discurso providencialista

na escrita dessas narrativas. Agindo como referência para o desenvolvimento histórico, a Providência manteve seu papel como força capaz de conferir sentido aos acontecimentos, embora, segundo a argumentação de Rosa, já mostre alguma noção, no início do oitocentos, de uma perspectiva de tempo e processo que remete à perspectiva da história-progresso, diferenciando-se do topos *historia magistra vitae*, num movimento que se conjuga ao analisado por Koselleck como instaurador da modernidade (ROSA, 2011). No trabalho de Rosa, podemos perceber como a vinda da Corte, em 1808, foi vista pelos memorialistas destacados como um momento de aceleração do tempo e de transformações na história do Brasil, inaugurando uma novidade na perspectiva do Império Português e possibilitando um deslocamento em relação ao futuro do mesmo. Nesse deslocamento, que acompanha a trajetória de Dom João, a regeneração do Império seria possível graças ao Brasil.

Na mesma direção aponta o trabalho de Bruno Diniz Silva, ao abordar os escritos histórico-memorialísticos do Visconde de Cairu (SILVA, 2010). Silva percebe também uma maior percepção do tempo como aceleração e uma descontinuidade na linguagem utilizada, passando-se de uma linguagem da restauração a uma linguagem da regeneração – isto é, a passagem de uma história do Brasil como espaço capaz de possibilitar a restauração portuguesa frente ao mundo revolucionário, especialmente contra o exemplo francês, e uma perspectiva do Brasil como regeneração de Portugal, já, portanto, após a Independência. Silva, ao analisar as mudanças na linguagem utilizada por Cairu entre esses dois momentos (décadas de 1810 e década de 1820), argumenta que há disputas entre o que seriam características típicas de concepções clássica e moderna de História, novamente com a questão central sendo a estrutura em torno de um modelo *magistra vitae* ou de um distinto, ligado a uma concepção racional do processo histórico como singularidade.

Em ambos os estudos, tanto no de Bruno Diniz quanto no de Giorgio de Lacerda, podemos perceber como os contemporâneos que vivenciaram a virada do século XVIII ao XIX buscavam adaptar-se a um mundo que insistia em fugir-lhes ao controle, insistia em dissolver as categorias conceituais que serviam de ancoradouro para suas localizações temporais. Poderíamos dizer, seguindo Hartog, que eram homens vivendo entre dois regimes distintos de historicidade (HARTOG, 2013).

É a partir da análise de Hartog que se insere outro trabalho sobre a história da historiografia no oitocentos, agora a partir da conjugação da historiografia francesa com

a brasileira (MEDEIROS, 2011). A dissertação de Bruno Medeiros, ao privilegiar a escrita da história de Alphonse de Beauchamp, insere-o como autor entre esses dois regimes de historicidade, num momento em que as concepções de escrita da história sofriam tanta variação interpretativa que possibilitava, inclusive, que o “estilo antigo” de Beauchamp fosse associado, cada vez mais, a uma noção de “plágio” que se construía ligada à necessidade da citação, da nota de rodapé e da evidência documental para firmar-se num mundo em que a História cada vez mais se tornava “ciência”. Beauchamp, escrevendo num “estilo antigo”, à maneira dos mestres da Antiguidade, transbordava uma história que, progressivamente, passava a limitar-se aos cânones da erudição crescentemente universitária. Isso não impediu que Beauchamp fosse lido e utilizado no Brasil por diversos autores, até que as condições de método postas em evidência pelo IHGB e, principalmente, por Varnhagen relegassem essa influência ao limbo da mera “cópia”.

Todos esses trabalhos citados exemplificam bem alguns dos rumos que os estudos sobre historiografia no século XIX têm tomado. Ampliando a discussão para além dos limites definidos pela obra de Varnhagen ou pela produção do IHGB, podem-se expandir as pesquisas tanto em termos cronológicos – basta constatar que todas as obras citadas têm como balizas temporais períodos anteriores a 1838 – quanto temáticos, ao incluir outras formas de se experimentar o tempo e a História, em consonância com estudos que, já há bastante tempo, procuram a diversidade dessas formas de experimentação na Europa entre os séculos XVIII e XIX.

II

Dentre as principais influências estrangeiras dos autores brasileiros citados até aqui, o mais presente certamente é o alemão Reinhart Koselleck. Já em seu primeiro trabalho publicado no Brasil, traduzido sob o título de “Crítica e Crise”, Koselleck buscava as relações entre o que percebia como uma crise de sua época (escrevia em 1954), cujas origens remontariam ao século XVIII, e a elaboração de filosofias utópicas da história com a “função histórica” de dissimular o caráter político da crise (KOSELLECK, 1999, p. 151). Nessa dissimulação, ou encobrimento, o futuro passaria a ser o espaço onde a razão poderia exercer-se plenamente, afastando-se da política e esvaziando o presente.

Desenvolvendo essa compreensão, Koselleck aponta que, entre os séculos XVIII e XIX, as formas de se lidar com o tempo mudaram sensivelmente para os europeus, com o passado cada vez mais se tornando incapaz de apontar seguramente os rumos do futuro (KOSELLECK, 2006, p. 318-319). Pelo contrário: mais e mais se perceberia o tempo como acelerado, fugindo ao controle daqueles que buscassem entendê-lo. “Não apenas o fosso entre passado e futuro aumenta; a diferença entre experiência e expectativa é sempre superada, e de forma cada vez mais rápida, para que possa continuar viva e atuante” (KOSELLECK, 2006, p. 322).

As mudanças entre experiência e expectativa teriam alterado, para o autor, a própria concepção sobre o conceito de “História”, que teria perdido, pouco a pouco, seu caráter de “magistra vitae” para tornar-se um singular coletivo irrepetível. “Se a história se torna um evento único e singular da educação do gênero humano, então cada exemplo particular, advindo do passado, perderá força, necessariamente” (KOSELLECK, 2006, p. 55). A aplicação moral imediata de eventos históricos perderia consistência. O próprio conceito de progresso serviria para dar conta dessa nova forma de se lidar com o tempo e a realidade. Trata-se, para Koselleck, do início da modernidade.

De forma quase complementar à abordagem de Koselleck, François Hartog propôs a expressão “regimes de historicidade” buscando dar conta dessas modificações em relação à experiência do tempo. “Regime de historicidade” seria uma construção com o intuito de dar conta das diversas formas com que os seres humanos lidam com as diversas temporalidades, especialmente passado, presente e futuro. “Regimes de historicidade”, em suma,

Podia ser compreendido de dois modos. Em uma acepção restrita, como uma sociedade trata seu passado e trata do seu passado. Em uma acepção mais ampla, regime de historicidade serviria para designar ‘a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana’. (...) Mais precisamente, a noção devia poder fornecer um instrumento para comparar tipos de história diferentes, mas também e mesmo primeiramente, eu acrescentaria agora, para colocar em foco modos de relação com o tempo: formas da experiência do tempo, aqui e lá, hoje e ontem. Maneiras de ser no tempo.” (HARTOG, 2013, p. 28-29)

Para o autor francês, o período que Koselleck define como de início da modernidade significaria a passagem de um regime de historicidade antigo rumo a um moderno, em que o passado deixaria de ser espaço de exemplos para a vida e daria lugar a um futuro cada vez mais imprevisível.

Tanto a perspectiva de Koselleck quanto a de Hartog inspiraram trabalhos que inseriram a fundação do Império do Brasil no contexto das transformações atlânticas da virada do XVIII ao XIX. Tanto no mundo luso-brasileiro quanto nos contextos abordados pelo historiador alemão, a Revolução Francesa ocupou lugar destacado nas transformações conceituais por que passaram os que viveram aquele período. Nada mais indicativo dessas ligações, no caso dos trabalhos citados anteriormente, do que a hipótese de que a vinda da Corte, em 1808, teria representado um novo momento de experiência do tempo, cada mais visto como acelerado e com o futuro valorizando-se frente ao passado. Outra forma de afirmar essas mudanças seria ver a primeira metade do século XIX, no Brasil, como de passagem de um regime de historicidade a outro, com alguns autores representando, cada qual ao seu modo, essa passagem.

A partir de então, e ainda seguindo os autores citados, o significado conceitual de “história” foi deixando seu caráter sagrado e revestindo-se do sentido profano; foi deixando a ligação a espaços circunscritos, como o terreno das crônicas, para passar a designar um “campo de experiência comum” (PIMENTA & ARAÚJO, 2009, p. 124); foi articulando-se, enfim, a uma nova experiência na relação com o tempo, cada vez mais entendido como passível de singularizar-se, acelerar-se e, no limite, como fator de extinção civilizacional de um presente até há pouco visto como estável e duradouro (ARAÚJO, 2008). Em suma, a primeira metade do século XIX é plena de transformações conceituais que, longe de restringirem-se à palavra “história” (poderíamos incluir, dentre tantos outros conceitos, seu interlocutor direto: o de “nação”), acometem o universo semântico do Império do Brasil em construção.

Para além das influências citadas na construção do contexto mais amplo de mudanças interpretativas entre os séculos XVIII e XIX, há, ainda, um terceiro autor cujas obras muito têm contribuído para pesquisas no campo da história da historiografia brasileira, além de em outros campos com análises inspiradas da História Política à História dos Conceitos. Trata-se da contribuição de J. G. A. Pocock (em especial POCOCK, 1999). Para o autor, um dos principais ícones do que se convencionou chamar “escola de Cambridge” (POCOCK, 2012, p. 198), a questão da linguagem é central na análise histórica. E a história dessas linguagens, de suas criações e difusões, é

em grande medida uma questão de autoridade das elites intelectuais, a história de como os estudiosos profissionais se envolveram na administração dos assuntos de terceiros e os obrigaram a discursar nas linguagens que eles

havam desenvolvido. Mas, ao mesmo tempo, é também a história de como os grupos leigos se apropriaram de idiomas profissionais para propósitos não profissionais, de como empregaram idiomas de outras fontes, de maneira a modificar seus efeitos, ou de como desenvolveram uma retórica de hostilidade à imposição de uma linguagem sobre si. Nessa linha de raciocínio, podemos vislumbrar o uso antinômico da linguagem: o uso, pelos governados, da linguagem dos governantes, de maneira a esvaziá-la de seus significados e reverter seus efeitos. Apropriação e expropriação são aspectos importantes do que temos a estudar. (POCOCK, 2003, 68)

Podemos expandir esse raciocínio ao afirmar que uma análise historiográfica não deve, portanto, limitar-se às trajetórias dos historiadores do passado já tornados clássicos e consagrados. Não é, afinal, a concepção historiográfica um tipo de linguagem política, especialmente no início do oitocentos, antes da “cientifização” do discurso historiográfico? Pocock nos alerta para a necessidade de incorporação de outros autores, especialmente daqueles que dialogam diretamente na construção de determinadas linguagens, sejam os governados, sejam os governantes. Com isso em mente, passar para a incorporação de discursos mais fragmentados, tidos como de menor importância, pode, em muito, contribuir para uma tentativa de reconstituição das formas de se experimentar o tempo e a história em épocas passadas, num exercício hermenêutico a fim de traçar os limites possíveis do que poderia ou não ser ter sido dito; a fim de percebermos as linguagens produzidas, porém nunca tornadas hegemônicas, mais do que tentar simplesmente repetir a linguagem dominante/vencedora como única possível. Ignorar isso seria tratar uma linguagem vitoriosa como se fosse a representativa de uma época não por ser resultado de embates e disputas, mas por nascer como síntese do “gênio” humano, quase um retorno a certa linguagem do romantismo. A lembrança de Pocock, assim, pode evitar algumas distorções tão possíveis em trabalhos sobre história da historiografia.

A presença, nos trabalhos de historiografia brasileira, de autores como Koselleck, Hartog e Pocock, conforme visto neste item II, em que pesem as influências que permitiram amplo desenvolvimento da área, não resolveu, obviamente, todas as questões. Também a mudança de enfoque tratada no item I, passando do IHGB a outros autores e períodos, começa, a meu ver, a apresentar algumas limitações. Esses limites relacionam-se a dois pontos principais: uma leitura muito direta dos autores estrangeiros, às vezes sem um trabalho de contextualização à realidade brasileira, e o

tipo de fontes escolhido para focar os estudos sobre consciência histórica no Brasil do século XIX.

Começando pelo problema da contextualização, continuemos mais um pouco com Koselleck, Hartog e Pocock. Sobre este último, podemos ver seu modo de trabalho na prática em diversas obras, como, por exemplo, “O Momento Maquiaveliano” (POCOCK, 1975). Nesse trabalho, Pocock buscou a influência de certa tradição republicana (que envolvia as formas de se conceber a participação do homem no governo de sua cidade) sobre a tradição política inglesa nos anos até a Independência dos EUA. Para Pocock, o problema da República em confronto com a sua própria finitude, devendo permanecer eternamente estável num mundo marcado pela instabilidade, levou ao desenvolvimento de uma linguagem em que os termos “virtude”, “fortuna” e “corrupção” marcavam essas lutas entre permanência e transitoriedade, num turbilhão que arrastou não somente os “grandes” – dos quais Maquiavel, até pelo que o título do livro indica, seria a grande estrela –, mas também os “menores” atores políticos a tentar interpretar e resolver esse problema.

No decorrer de sua análise, Pocock percebe que, pouco a pouco, o “momento maquiaveliano” (como aquele período em que tanto o problema da permanência republicana quanto a questão da participação dos homens no governo surgiram) vai ganhando, em si, uma continuidade histórica que marca, também, a trajetória da passagem da consciência européia cristã para uma consciência histórica secular moderna. Em outras palavras, Pocock não apenas contribui para a análise das formas de se experimentar o tempo e a História em termos metodológicos (inserindo atores outros e ampliando o escopo de fontes como forma de se apreender uma linguagem de maneira mais ampla), mas nos leva a repensar a própria periodização que Koselleck e Hartog estabelecem como de formação da consciência histórica moderna. E aqui entramos no primeiro ponto mostrado no final da parte II deste artigo: O problema da leitura muito direta dos autores estrangeiros. Isto é, transferindo automaticamente seus contextos e suas questões para outras realidades.

Ao destacar a importância do período compreendido entre os séculos XVIII e XIX para as transformações no conceito de História, Koselleck e Hartog apontam para o impacto que as transformações daquele período (Revoluções Industrial, Francesa, Atlânticas etc.) causaram nas formas de se entender o papel da História na vida dos seres humanos. A aceleração das transformações, marca daquele momento histórico, por

vezes esconde, porém, que certas mudanças já se vinham processando desde antes. Em seu trabalho, Pocock faz um exame detalhado e lento dessas mudanças, demorando-se em cada personagem escolhido e em cada obra trabalhada, de forma a perceber essas transformações em suas nuances, transformações muitas vezes modestas, cumulativas, vagarosas – mas, ainda assim, *mudanças*. Ao privilegiar-se o período pós-século XVIII, pode-se, acertadamente, percebê-lo como o de destruição/fragmentação de um mundo e início de outro, que passa a exigir outras ferramentas para a própria compreensão. Mas pode-se, igualmente, incorrer no erro de generalizar toda a era pré-revolucionária como “antiga”, que possuiria suas formas “típicas” de interpretação, e tudo que “sobrasse” seriam “continuidades”, “permanências”, enfim, “atrasos” em relação à entrada na *modernidade* – palavra tão cara a Koselleck.

Falemos de outro modo. A importância das transformações do período revolucionário não deve resultar na descrição do mundo de antes (em geral nomeado, a partir de outra generalidade conceitual, como “Antigo Regime”) como um mundo estático. As formas anteriores de experiência do tempo e da História não devem ser generalizadas como “antigas”, posto que tal classificação pode levar ao erro de se considerar todo o seguinte ou como “moderno” – portando dentro de uma lógica progressista que universaliza um desenvolvimento particular – ou como “permanência do antigo”, como se o velho mundo se arrastasse e insistisse em oprimir um presente que ruma à liberdade e, se a não alcançou ainda, tratar-se-ia apenas de uma questão de tempo.

No caso brasileiro, essa perspectiva pode ser ainda mais problemática. Busca-se uma linearidade para essa modernidade e procura-se a posição do mundo luso-brasileiro nela, ora percebendo-o como atrasado, ora vendo-o em consonância com as transformações européias. Não se cogita muito buscar o que o mundo luso-brasileiro – e, posteriormente, o Império do Brasil – teria de próprio. O risco, aqui, é cair, no caso dos estudos sobre história da historiografia, no mesmo erro de estudos sobre economia e sociedade, que viam na permanência do escravismo, ao longo do Império do Brasil, um sintoma de atraso, e não uma forma própria de inserção na modernidade capitalista do sistema atlântico (TOMICH, 2004; SALLES, 2008; MARQUESE & TOMICH, 2009).

Pocock nos lembra que muitos fatores de transformação nas formas de se conceber e experimentar o tempo e a História podem ter surgido antes desse momento revolucionário, numa lenta acumulação que, mesmo vagarosa, não se torna estática.

Nesse sentido, junta-se a outras críticas elencadas por Elias Palti sobre a periodização e interpretação da modernidade propostas por Koselleck. Ao comparar a ideia de modernidade em Koselleck a outras abordagens, Palti afirma:

Sin embargo, entre una y otra interpretación hay diferencias cruciales. La primera y más obvia, se refiere a la periodización. En este último [Koselleck], el momento de arranque de la modernidad se ve desplazado nada menos que ¡cuatro siglos! La pregunta que inmediatamente se plantea es qué llevó a Koselleck a situar el mismo en un momento tan tardío. Esto, en última instancia, hace manifiesta una serie de problemas conceptuales que van más allá de las meras cuestiones de periodización. En efecto, desde el momento en que asocia la modernidad con un determinado concepto del tiempo como irreversible y lineal, Koselleck se ve obligado a dejar fuera de ella al espectro entero de filosofías de la modernidad temprana. (PALTI, 2004, p. 69)

Mas Pocock vai além: também nos lembra a importância que a política exerce nessa vaga de mudanças. Afinal, é a partir do problema da República, de sua permanência e da participação, que surgem as inquietações exigindo uma nova linguagem que desse conta desse mundo. Política e História tornam-se parte do mesmo problema, o que remete, novamente, ao outro ponto, o das fontes normalmente utilizadas. É preciso expandir o tipo de documentos trabalhados no Império do Brasil para um quadro mais amplo da consciência histórica oitocentista.

Em que pesem os avanços da historiografia que ampliou os limites dos estudos para além do IHGB, o tipo de fonte muitas vezes utilizado não permitiu expandir ainda mais o leque de possibilidades. A despeito das distinções entre cada trabalho, o foco continua a ser o conjunto de “intelectuais oitocentistas” – muitas vezes sem uma maior reflexão sobre o significado da palavra “intelectual”, não raro assemelhado ao “letrado”, ou membro da “república das letras”. O deslocamento do IHGB para outros temas passa a ser apenas cronológico (no caso dos estudos anteriores a 1838) ou pela desvinculação institucional desses intelectuais (no lugar da categoria “membros”, inerente aos estudos sobre sócios do IHGB). Permanece, porém, a figura do sujeito da “elite” – nesse caso, uma elite intelectual.

Os limites desse tipo de abordagem ficam visíveis quando se incorpora a interpretação coeva e se a generaliza para toda uma época, um período ou uma sociedade. O intelectual/letrado passa a soar quase como representativo do “espírito de época”, sua visão sobre a sociedade passa a ser “a” visão. E, no caso particular das discussões sobre história e experiência do tempo, suas próprias experiências passam a

ser admitidas pelo historiador como se fossem o único percurso possível de desenvolvimento do conceito ou das formas de se experimentar. As alternativas, as opções “fracassadas”, as demais visões contra-hegemônicas não são, muitas vezes, levadas em conta. E há mais: os conflitos sociais não são, muitas vezes, levados em conta como fator de mudança, parecendo que transformações conceituais decorrem de um mundo de idéias, palavras e leituras apenas, como se à semântica bastassem as definições de dicionários ou escritos, ao invés de tratar-se o significado como produto de lutas sociais. Em suma, o historiador se torna prisioneiro de um desenvolvimento linear, inexorável e etapista, no qual os conflitos e contradições ficam restritos, muitas vezes, a diálogos internos entre os intelectuais escolhidos.

Logicamente, tal limite é muito difícil de ser superado – admitindo-se, claro, que sua superação seja realmente possível. Como incorporar as vozes das ruas, das contradições sociais, especialmente numa sociedade majoritariamente iletrada, às análises sobre concepções de História e experiência do tempo? Embora seja uma pergunta de difícil resposta, talvez a simples reflexão sobre essas questões já evidencie nossas próprias limitações como historiadores e permita situar melhor nossas análises. Talvez a inserção de outros dois autores, Antônio Gramsci e Jörn Rüsen, possa nos auxiliar nessa empreitada. É dessa questão que tratarei no item III.

III

Não cabe, nos limites deste artigo, traçar um perfil biográfico ou uma reflexão mais aprofundada sobre as ideias centrais de Antonio Gramsci (COUTINHO, 2003). Tampouco cabem considerações muito extensas sobre as possibilidades de se trabalhar com o arcabouço gramsciano para o século XIX brasileiro, ou mesmo para a história em geral (SALLES, 2012, 211-218). Basta, para tanto, a consideração de que diversos trabalhos usaram o referencial gramsciano para abordar, sob diversos aspectos, a sociedade oitocentista brasileira (MATTOS, 2004; SALLES, 1996; SALLES, 2008; MENDONÇA, 2007; PIÑEIRO, 2002; BOHRER, 2008; MARINHO, 2006; SARAIVA & PIÑEIRO, 2011).

Minha preocupação central é outra: como os escritos de Antônio Gramsci podem ajudar não na compreensão mais ampla do Império do Brasil, mas, sim, nessa questão particular sobre a história da historiografia oitocentista? Considero que Gramsci oferece uma poderosa abordagem das formas de construção de concepções de mundo

hegemônicas e contra-hegemônicas, e que tal abordagem possibilita um interessantíssimo exercício de experiência do tempo e da História exatamente como partes de concepções de mundo mais amplas. Em outras palavras, Gramsci possibilita a saída do campo da história da historiografia como espaço despregado da realidade ou restrito ao debate intelectual acerca das ideias em voga para uma história da historiografia que seja parte de uma totalidade conceitual que integra o mundo concreto à interpretação sobre ele. Parte, em suma, de um universo conceitual mais amplo.

Não é outro o sentido das palavras que abrem o parágrafo 12 do caderno 11 da obra principal do italiano:

É preciso destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos. É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são “filósofos”, definindo os limites e as características desta “filosofia espontânea”, peculiar a “todo o mundo”, isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças (...) que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por “folclore”. (GRAMSCI, 2006, p. 93)

Para Gramsci, a ideia de que todos os homens são filósofos significa, primordialmente, que todos compartilham de uma filosofia, entendida enquanto “concepção de mundo” e devendo ser concebida em sua historicidade, sob o risco de incorrer-se numa metafísica especulativa (GRAMSCI, 2006, p. 120). Serem todos os homens filósofos não implica, obviamente, afirmar que todos compartilhem igualmente dessa filosofia, daí sendo preciso definir os limites e as formas dessa participação – que invariavelmente estão ligadas à forma como esses sujeitos inserem-se no mundo das relações sociais.

Partir dessa concepção de filosofia implica, em Gramsci, considerá-la não como um “sistema individual ou de tendência”, mas como “o conjunto de todas as filosofias individuais e de tendência, mais as opiniões científicas, mais a religião, mais o senso comum” (GRAMSCI, 2006, p. 128). Em suma, considerar que “a filosofia de uma época histórica, portanto, não é senão a ‘história’ desta mesma época” (GRAMSCI, 2006, p. 326; GRAMSCI, 2004, p. 18-23), e não o desenvolvimento linear das ideias soltas de intelectuais pontuais.

Da mesma forma, a consciência histórica de uma época não é a consciência de intelectuais pontuais, tampouco a experiência do tempo é uma reflexão escolástica de letrados em discussão com seus pares. A experiência da História e do tempo só podem ser parte de uma totalidade, de uma “história integral” em que realidade e compreensão da realidade se complementam, obrigando seus intérpretes a todo momento reforçarem os consensos que fortalecem ou enfraquecem determinadas concepções de mundo.

Nesse momento, a ampliação da abordagem normalmente feita sobre o significado da palavra “historiografia” pode nos ajudar a incorporar essas considerações de Gramsci no estudo da historiografia oitocentista. Considero que uma chave possível para isso é a utilização da concepção de Jörn Rüsen a respeito da “consciência histórica”, considerada, para o autor alemão, “a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (RÜSEN, 2001, p. 57). Em Rüsen, o campo da consciência histórica é definido por um sistema de operações mentais a que o autor chama simplesmente “narrativa histórica”, que pode ser de vários tipos – e não apenas da forma como entendemos “historiografia”, isto é, narrativa relacionada a uma “história-ciência” (RÜSEN, 2011, p. 95). Abordar a questão da historiografia no Império do Brasil, bem como analisar as formas de experiência histórica e do tempo, pode valer-se muito das análises de Rüsen para enriquecer-se.

Para tal, é crucial ampliar nossa ideia sobre o que seriam “narrativas históricas” (RÜSEN, 1993) no Brasil oitocentista, flexibilizando a noção de discurso historiográfico – aqui, não primordialmente preocupado com método ou busca pela veracidade, mas, sim, interessado em difundir uma determinada interpretação histórica como parte de uma concepção de mundo, incorporando, portanto, tanto outras formas de escrita e circulação quanto outros atores do processo político, dos de maior aos de menor expressão. Talvez pudéssemos dar a essa perspectiva o nome de “historiografia integral”, inspirando-se na ideia de “história integral” gramsciana, em nome de uma amplitude nas formas de se analisar as experiências históricas oitocentistas.

Poderíamos tentar ir além das produções pontuais, ou elaboradas/publicadas, de alguns intelectuais selecionados, para incluir, também, outros tipos de fontes e produções, como a dos periódicos e dos discursos fragmentados surgidos dos acalorados debates políticos diários nas assembléias.

Quanto aos periódicos, a dissertação de Cristiane Santos, que procurou em jornais da época da Independência os usos e as articulações de temáticas históricas como embasamento para a política, traz muitas contribuições (SANTOS, 2010). Segundo a autora, houve, naqueles curtos anos, a construção de uma visão para o passado recente do Brasil, a partir da mobilização da experiência históricas dos últimos anos, como forma de elaborar uma interpretação geral sobre o significado histórico da experiência da colonização portuguesa, sintetizada na fórmula dos “três séculos de opressão” (fórmula que seria, inclusive, incorporada depois à historiografia nativista sobre nossa formação histórica). Essa fórmula, muito veiculada no início da década de 1820 e inspirada, em grande parte, nos escritos do abade Du Pradt, embasou as lutas pela independência e a construção de identidades concorrentes à portuguesa e unificadoras do território do Brasil. A dissertação de Cristiane Santos, levantando outras possibilidades para a ligação existente entre História e Política no oitocentos, permite romper as fronteiras entre História e ação política, fronteiras estas que, se parecem claras nos dias atuais, talvez devam sua separação ao próprio contexto de formação do Estado nacional no Brasil do XIX.

Quanto aos embates da assembléia, minha pesquisa atual tenta analisar esses casos, buscando as formas de mobilização de discursos históricos nas discussões políticas da câmara dos deputados e do senado, entre 1823 e 1853. Embora ainda seja cedo para grandes afirmações, pode-se dizer já que a recorrência a eventos passados, do Brasil ou da Europa, é uma constante nos embates travados, por exemplo, durante a Constituinte e no Senado ao longo do Primeiro Reinado.

Essa expansão decerto não resolve o problema das concepções históricas das classes subalternas. Aceitando-se a premissa gramsciana de que “A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica” (GRAMSCI, 2011, p. 135), podemos nos perguntar: como buscar uma história da historiografia que inclua os discursos não-hegemônicos, subalternizados, na análise das experiências da História e do tempo do oitocentos no Império do Brasil? Talvez uma possibilidade seja, exatamente, incluir suas ações e suas lutas de forma indireta, buscando nos discursos fragmentados (discussões políticas na Câmara, no Senado, nos periódicos etc.) fios de sua presença. Ao focar os textos mais elaborados, produzidos pelos letrados para congelar determinadas narrativas sobre o passado brasileiro, as chances de perdermos esses fios são maiores. A ansiedade da busca pelo “discurso moderno da historiografia”,

pela “História-Ciência”, ofusca a busca pelas formas como outras narrativas históricas iam sendo construídas no calor da prática, no fulgor das experiências de luta e conflito.

Finalizando este breve balanço, retomo a questão: a análise das formas de consciência histórica no Império do Brasil deve ampliar-se para incluir as formas de uso da História nas discussões políticas mais fragmentadas, como forma de se buscar a linguagem própria que os coevos formularam para dar conta de sua realidade.

Se lembrarmos que a primeira metade do século XIX pode ser vista como uma época de “crise” no Império do Brasil, ao menos do ponto de vista essencial à sua existência, que é a questão da unidade (mas poderíamos incluir outros aspectos, como a questão do tráfico negreiro, essencial à escravidão)³, podemos nos perguntar: como os coevos apelavam à História para compreender esse momento de mudanças tão radicais? Como podemos, partindo da constatação de Valdeci Araújo a respeito da descontinuidade conceitual entre gerações, analisar as formas como essa descontinuidade se processa para além de autores pontuais, mas dentro da própria continuidade das discussões políticas? E, mais importante, quais foram as alternativas silenciadas, vencidas, deixadas pelo caminho para que, a partir de meados do XIX, uma concepção hegemônica não apenas de Estado, governo e sociedade, mas, também, de História do Brasil pudesse ser construída?

Essas questões ficam aqui apenas como sugestões futuras de trabalho. Por ora, levantá-las já forma um dos objetivos principais deste artigo.

³Para a ideia de “crise” aqui indicada, cf. JANCÓS, István & PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). MOTA, Carlos G. (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira. Formação: histórias*. São Paulo: Senac, 2000, p.127-175; PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2009.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de. O século XIX no contexto da redemocratização brasileira: a escrita da história oitocentista, balanços e desafios. In: OLIVEIRA, Maria da Glória & ARAÚJO, Valdei Lopes de (orgs.). *Disputas pelo Passado: História e Historiadores no Império do Brasil*. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012 (edição kindle).
- BOHRER, Saulo Santiago. *“Interesses seguros”*: As Companhias de Seguro e a Provedoria dos Seguros do Rio de Janeiro (1810 – 1831). Dissertação de mestrado. Niterói, RJ: UFF, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem. A Elite Política Imperial*. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda., 1980.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco: Southey, historiador do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 5: O *Risorgimento*. Notas sobre a História da Itália. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaiixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 156, nº 388, p. 459-613, 1995.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos et. al. (orgs.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 19-36.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Apresentação. In: ____ (org.) *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da História no Brasil oitocentista. In: ____ (org.). Estudos sobre a escrita da História. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*. Nº 1. Rio de Janeiro: FGV, 1988, p. 5-27.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). MOTA, Carlos G. (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira. Formação: histórias*. São Paulo: Senac, 2000, p.127-175.

JANOTTI, Maria de Lourdes. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo: Ática, 1977.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. Puc-Rio, 2006.

MARINHO, Pedro. O CENTAURO IMPERIAL E O PARTIDO DOS ENGENHEIROS: A contribuição das concepções gramscianas para a noção de Estado ampliado no Brasil Império. In: MENDONÇA, Sonia Regina. (Org.). *Estado e Historiografia no Brasil*. Niterói: EDUFF/FAPERJ, 2006, p. 55-70.

MARQUESE, Rafael & TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial de café no século XIX. In: GRINBERG, Keila. & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial. Volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores: Alphonse de Beauchamp e a escrita da história na França nas primeiras décadas do século XIX*. Dissertação de mestrado. São Paulo, SP: PPGHS/USP, 2011.

- MENDONÇA, Sônia Regina de. *Os intelectuais na historiografia brasileira*. Comunicação apresentada no IV Simpósio Nacional Estado e Poder: Intelectuais. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2007.
- OLIVEIRA, Maria de Glória. *Escrever vidas, narrar a história*. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- PALTI, Elías José. Koselleck y la idea de Sattelzeit. Un debate sobre modernidad y temporalidad. In: *Ayer*, nº. 53, Historia de los conceptos (2004), pp. 63-74.
- PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2009.
- PIMENTA, João Paulo G. & ARAÚJO, Valdei Lopes de. História. In: FERES JÚNIOR, João. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 119-140.
- PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *“Os simples comissários”*: negociantes e política no Brasil Império. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2002.
- POCOCK, J. G. A., *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*, Princeton (NJ), Princeton UP, 1975.
- POCOCK, J. G. *A Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: EdUSP, 2003.
- POCOCK, J. G. A. Quentin Skinner: a história da política e a política da história. In: *Topoi*. v. 13, n. 25, p. 193-206, jul./dez. 2012.
- POCOCK, John G. A. *Barbarism and Religion: narratives of civil government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9ª edição ampliada. Rio de Janeiro: editora FGV, 2007.
- RODRIGUES, José Honório. *História e Historiografia*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- ROSA, Giorgio de Lacerda. *A Suprema Causa Motora: o providencialismo e a escrita da história no Brasil (1808-1825)*. Dissertação de mestrado. Mariana, MG: ICHS/UFOP, 2011.
- RÜSEN, Jörn. *Jörn Rüsen e o ensino de história* (organizadores: Maria Auxiliadora Schmidt et al). Curitiba: Ed. UFPR, 2011.
- RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica – Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- RÜSEN, Jörn. *Studies in metahistory*. Pretoria: Human Sciences Research Council, 1993.
- SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

- SALLES, Ricardo. Gramsci para historiadores. In: *História da historiografia*. Número 10, Ouro Preto, p. 211-218, dez -2012.
- SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. *Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado no processo de Independência do Brasil*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2010.
- SARAIVA, Luiz Fernando & PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. Compreender o Império: Usos de Gramsci no Brasil no século XIX. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.
- SILVA, Bruno Diniz. *Da Restauração à Regeneração: linguagens políticas em José da Silva Lisboa (1808-1830)*. Dissertação de mestrado. Mariana, MG: ICHS/UFOP, 2010.
- TOMICH, Dale. *Through the Prism of Slavery: Labor, Capital, and World Economy*. Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2004.
- WEHLING, Arno. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, Rio de Janeiro, nº 338, p. 7-16, jan./mar. 1983.
- WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- WEHLING, Arno. Historiografia e epistemologia histórica. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.